

A deriva secular na formação do português brasileiro

uma visão crítica

Dante Lucchesi

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

LUCCHESI, D. A deriva secular na formação do português brasileiro: uma visão crítica. In LOBO, T., CARNEIRO, Z., SOLEDADE, J., ALMEIDA, A., and RIBEIRO, S., orgs. *Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias* [online]. Salvador: EDUFBA, 2012, pp. 249-274. ISBN 978-85-232-1230-8. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.



A deriva secular na formação do português brasileiro: uma visão crítica

Dante LUCCHESI

Universidade Federal da Bahia/CNPq

Introdução

A questão da relevância do contato entre línguas na formação histórica do português do Brasil voltou à cena na linguística brasileira na década de 1980, com a intervenção de dois linguistas norte-americanos. Gregory Guy (1981 e 1989), com base em análises variacionistas da fala de indivíduos não escolarizados do Rio de Janeiro, postulou que as condições sociais dos primeiros séculos da colonização do Brasil eram muito favoráveis à criouliização e que o português popular do Brasil seria o resultado de um acelerado processo de descriouliização de um crioulo português que se teria formado no século XVII. John Holm (1988 e 1992) resgatou o conceito de *semicrioulo*, utilizado por Serafim da Silva Neto na década de 1950, defendendo que o português teria passado no Brasil, devido ao contato linguístico, por um processo de *reestruturação parcial*, conceito que viria a sistematizar, de maneira mais abrangente, em 2004, ao traçar paralelos entre o que teria ocorrido no Brasil com o que ocorreu no sul dos Estados Unidos, no Caribe, na África do Sul e em colônias francesas no Oceano Índico.

No ano de 1992, Alan Baxter e Dante Lucchesi iniciam um trabalho de campo junto a comunidades rurais afro-brasileiras isoladas do interior do Estado da Bahia, algumas delas oriundas de antigos quilombos, para recolher evidências empíricas que comprovassem o efeito de mudanças induzidas pelo contato na formação das variedades populares do português brasileiro. Mais de quinze anos depois, essas pesquisas resultaram na publicação de um expressivo volume intitulado *O português afro-brasileiro* (LUCCHESI; BAXTER; RIBEIRO, 2009). O livro reúne os resultados de análises de dezesseis aspectos da morfossintaxe da fala de quatro comunidades rurais afro-brasileiras isoladas de diferentes regiões do interior do Estado da Bahia. Fundamentado teoricamente no conceito de transmissão linguística irregular (BAXTER; LUCCHESI, 1997; LUCCHESI, 2003 e

2008; LUCCHESI, BAXTER, 2009), o livro reúne uma expressiva quantidade de evidências empíricas de que o contato entre línguas desempenhou um papel central na formação das variedades populares do português brasileiro. Lucchesi (2000 e 2009) tem argumentado que as condições particulares da formação da sociedade brasileira não deram ensejo a um processo geral e duradouro de criouliização do português, apesar das similaridades entre o Brasil Colonial e algumas sociedades agro-exportadoras do Caribe onde vicejaram muitas das línguas crioulas hoje conhecidas. Porém, essas mesmas condições possibilitaram que as alterações produzidas pela aquisição defectiva do português como segunda língua por parte de milhões de índios aculturados e africanos escravizados se espraiassem na variedade de português que se formou entre os descendentes desses índios e africanos cuja resultante histórica na atualidade são as variedades populares do português do Brasil. Dessa forma, a formação do português popular brasileiro deve ser compreendida como um processo de transmissão linguística irregular de tipo leve, e não como um processo de transmissão linguística irregular radical, que está na origem das línguas pidgins e crioulas típicas. Diferentemente do processo radical, a transmissão linguística irregular de tipo leve se caracteriza não por uma reestruturação original da gramática, como ocorre na pidginização/criouliização, mas por uma erosão dos mecanismos gramaticais que não têm valor informacional. Assim, os efeitos mais notáveis do processo de transmissão linguística irregular no português brasileiro contemporâneo se concentrariam no maciço processo de variação no emprego das regras de concordância nominal e verbal.

Apesar dessa forte articulação entre fundamentação teórica, interpretação histórica e uma grande massa de dados empíricos, a pesquisa sobre a relevância do contato entre línguas na formação do português no Brasil teve de enfrentar muitas resistências e desconfianças, em grande parte devidas à forte tradição formalista que remonta ao nascimento da Linguística Moderna, quando Saussure decretou que a língua deveria ser analisada apenas em função de sua lógica interna. Porém, a maior resistência à essa pesquisa veio de onde menos se esperaria, de dois dos maiores nomes da Sociolinguística no Brasil. Já no início da década de 1990, Anthony Naro e Marta Scherre (1993) afirmaram que a criouliização do português no Brasil seria pouco provável e, invocando o conceito de *deriva* do linguista norte-americano Edward Sapir, afirmaram que o móvel dos processos de variação na concordância nominal e verbal que se observam hoje no português brasileiro seriam tendências seculares já presentes na língua portuguesa antes de se iniciar o processo de colonização do Brasil. Desde então, além de questionar os fundamentos teóricos do conceito de transmissão linguística irregular (NARO; SCHERRE, 2003), Naro e Scherre vêm se dedicando à recolha de evidências empíricas no português arcaico e em descrições de variedades populares do português europeu contemporâneo que refutem a hipótese da participação do contato entre línguas na formação do português brasileiro.

No mesmo evento em que lançou o livro *O português afro-brasileiro*, o *ROSAE, I Congresso Internacional de Linguística Histórica*, em Homenagem a Rosa Virgínia Mattos e Silva, Dante Lucchesi apresentou sua primeira crítica pública aos fundamentos lógicos, teóricos

e empíricos da hipótese da deriva secular como móvel inicial dos processos de variação que se observam hoje no português do Brasil, em uma mesa-redonda da qual também participaram Anthony Naro e Marta Scherre. Este texto é baseado nessa apresentação e é dividido em duas grandes seções.¹ Na primeira seção, é feito um panorama da pesquisa sobre o contato entre línguas no Brasil, levada adiante, desde 2002, no Projeto *Vertentes do Português Popular da Bahia*, sediado na UFBA e coordenado por Dante Lucchesi. A seção descreve, numa primeira subseção, os processos de mudança induzidos pelo contato que se observam no português popular do Brasil, com notáveis paralelos com os que se observam em línguas crioulas de base lexical portuguesa da África, e apresenta sumariamente o conceito de *transmissão linguística irregular*, numa segunda subseção. Em sua última seção, o texto trata da hipótese da deriva secular. Em sua primeira subseção, é feita uma apresentação da hipótese da deriva secular, que, segundo Naro, seria mais direta e simples, fazendo com que a hipótese do contato entre línguas constituísse uma excrescência teórica. Na segunda subseção, buscamos demonstrar que a hipótese da deriva entra em contradição com a própria visão histórica que Naro e Scherre apresentam para a formação do português brasileiro. Tal visão aponta para uma relação muito mais direta e simples entre simplificação morfológica e aquisição imperfeita de uma segunda língua por falantes adultos. Portanto, a hipótese da deriva é que constituiria um construto teórico abstrato desnecessário e oneroso. Na última seção, apresentamos uma série de fatos empíricos que não podem ser explicados pela hipótese da deriva ou a contrariam frontalmente. Por fim, na conclusão deste texto, falamos sobre as implicações deste debate para o desenvolvimento da pesquisa sobre a realidade sociolinguística do país.

1 A pesquisa sobre o contato entre línguas no Brasil

Há quase vinte anos, o Projeto *Vertentes do Português Popular do Estado da Bahia* tem desenvolvido uma ampla pesquisa de campo no interior do Brasil, particularmente no Estado da Bahia, buscando sistematizar evidências empíricas da relação historicamente motivada entre certas características morfossintáticas da norma popular brasileira e o maciço contato do português com as línguas indígenas e africanas ocorrido nos primeiros séculos da formação da sociedade brasileira.

O primeiro grande resultado dessa pesquisa é a publicação do livro *O Português afro-brasileiro*, que reúne um conjunto de análises de dezesseis aspectos da morfossintaxe da gramática de quatro comunidades rurais afro-brasileiras isoladas do interior do Estado da Bahia, algumas delas possivelmente oriundas de antigos quilombos. Esse livro contém reflexões teóricas e análises empíricas suficientes para estabelecer uma relação histórica empiricamente motivada entre o contato linguístico e algumas das características mais proeminentes do atual português popular do interior do país.

¹ Esta versão contém novos conteúdos que não constaram da apresentação original, em função das óbvias limitações de uma sessão oral.

1.1 Processos de mudança induzidos pelo contato entre línguas na formação do português popular do Brasil

A hipótese reitora da pesquisa é a de que a aquisição precária do português como segunda língua por parte de milhões de índios brasileiros e africanos escravizados, bem como a socialização dessa variedade defectiva do português entre esses segmentos e a sua nativização entre os índios e afro-descendentes, desde o início da colonização do Brasil até meados do século XIX, desencadeou processos de variação e mudança nas variedades populares da língua portuguesa no Brasil, que se concentram na erosão de marcas morfológicas que não possuem valor informacional, tais como:

1. A concordância nominal e verbal

(1) Meus filhoØ trabalhaØ na roça.

2. Flexão de caso dos pronomes pessoais

(2) a. Ele viu **nós** na feira.

b. Maria não gosta mais de **eu**.

c. Num vô mais **tu**.

Esse tipo de simplificação morfológica é uma característica geral das situações de contato entre línguas massivo,² radical e abrupto, em que se formaram boa parte das variedades populares do português brasileiro e os crioulos de base lexical portuguesa da África. E os paralelos linguísticos entre essas variedades linguísticas são notáveis. O crioulo de base lexical portuguesa de Cabo Verde não possui concordância de número no SN, sendo o plural marcado muitas vezes apenas no determinante, como se pode ver no exemplo (3) abaixo. Já em (4), temos um exemplo da falta de concordância de gênero no Crioulo da Guiné-Bissau. Por fim, as frases apresentadas em (5) e (6) revelam a falta de flexão de caso do pronome *mi* da 1ª pessoa do singular e do pronome *bo* da 2ª pessoa do singular no crioulo caboverdiano, pois as diferenças fônicas que se observam em (5) b. e c. decorrem do processo de cliticização do pronome em relação ao verbo, tanto na posição de sujeito, em (5) a., quanto na posição de objeto, em (5) c.; o mesmo processo morfofonológico de cliticização do pronome ocorre com *bo*, na posição de objeto, em (6) b.

(3) **kes** mininu tá fla tcheo.

Aqueles meninos falam demais. (Português Padrão)

Aqueles menino fala muito. (Português Popular)

(4) I tene **un** *fju femya* **bonitu**.

Tem uma filha bonita.

(lit. *Tem um filho fêmea bonito*.)

(5) a. **Mi** e fliz. ‘eu sou feliz’

² Empregamos conscientemente aqui o neologismo *massivo*, apesar de o vocábulo, de uso corrente na historiografia e na sociologia, não ser abonado pelos nossos melhores dicionários.

- b. **N** tá faze izarsísi. ‘eu estou fazendo exercício’
 c. El dà-**m** un livr. ‘ele me deu um livro’.
- (6) a. **Bo** tá faze izarsísi. ‘você está fazendo exercício’.
 b. El dà-**b**’ un livr. ‘ele deu a você um livro’.

A morfologia de número e pessoa do verbo também é uma área da gramática em que se encontram paralelos notáveis entre o português popular brasileiro e os crioulos de base portuguesa da África, como se pode ver no seguinte Quadro:

Quadro 1: A flexão de número e pessoa do verbo no caboverdiano e no português brasileiro

Crioulo Caboverdiano	Português Popular Brasileiro	Português Padrão
n'tá fla	eu falo	eu falo
bu tá fla	você / tu fala	tu falas
e tá fla	ele(a) fala	ele fala
nu tá fla	nós / a gente fala(mo(s))	nós falamos
nhu tá fla	vocês fala(m)	vós falais
es tá fla	eles fala(m)	eles falam

Como se pode ver no quadro acima, o processo de criouliização do caboverdiano eliminou todas as marcas flexionais de número e pessoa do verbo, que, no português padrão, individualizam cada uma das seis pessoas do discurso. Já no português popular do Brasil, observa-se também um amplo quadro de variação que resulta do mesmo processo de simplificação que ocorreu na criouliização do caboverdiano, só que com menor intensidade. Nas variedades populares do português brasileiro, só o emprego do morfema da primeira pessoa do singular não é afetado por um processo estrutural e sistemático de variação. E o fato de se observar a variação até na 1ª pessoa do singular em algumas comunidades rurais afro-brasileiras isoladas reforça essa hipótese da relação histórica entre a simplificação na flexão verbal e o contato entre línguas, pois é natural que essas comunidades de fala remanescentes de antigos quilombos sejam aquelas em que os reflexos do contato entre línguas sejam mais evidentes (cf. LUCCHESI; BAXTER; SILVA, 2009).

Por outro lado, o contraste em relação ao grau de variação no emprego das regras de concordância nominal e verbal entre as chamadas norma culta e popular do português brasileiro também constitui uma evidência empírica em favor da relação histórica entre essas características da fala popular brasileira e o contato entre línguas. De acordo com a visão da polarização sociolinguística do Brasil (LUCCHESI, 1994, 2001, 2002 e 2006), só as variedades populares do português brasileiro foram afetadas mais diretamente pelo contato entre línguas, enquanto a norma linguística da elite socioeconômica do país sempre sofreu uma forte influência dos padrões linguísticos da antiga Metrópole, só sendo afetada indiretamente pelo contato entre línguas, em função das relações com os falantes da base social, como no caso das relações entre patrões/senhores e empregados/escravos domésticos. Essas duas vertentes na formação histórica da realidade sociolinguística brasileira se manifestam de forma contundente na diferença que hoje se observa

na frequência de aplicação da regra de concordância verbal com a 3ª pessoa do plural (e.g., *eles trabalham / eles trabalha*), que, entre os falantes com nível superior completo nas grandes cidades, é quase categórica (cf. GRACIOSA, 1991) e cai para menos de vinte por cento do total na fala das comunidades rurais afro-brasileiras isoladas no interior do Estado da Bahia (cf. SILVA, 2003). Ou seja, o processo de simplificação morfológica induzido pelo contato afeta drasticamente a fala popular, ao passo que dele, na norma culta, só se vê um pálido reflexo.

Não é, portanto, sem razão que a falta de concordância verbal e nominal constitui um verdadeiro *estereótipo*³ no universo da norma urbana culta. O desprezo das classes dominantes pela maioria da população do país, sedimentado em uma das maiores concentrações de renda do planeta, tem no preconceito linguístico um de seus mais eficazes mecanismos ideológicos de legitimação. O estigma social que se abate sobre os reflexos mais notáveis dos processos de mudança induzidos pelo contato na fala popular legitima na superestrutura a exploração e exclusão dos mestiços, afrodescendentes e indíodescendentes que se opera na infraestrutura das relações sociais de produção.

Assim, deslinda-se um processo histórico que relaciona a simplificação morfológica da fala popular brasileira com o contato linguístico massivo e radical engendrado pela estrutura social da colonização do Brasil. Essa origem comum aproxima o português popular brasileiro das línguas crioulas da África e do Caribe. Entretanto, os dados históricos disponíveis permitem afirmar que não houve processos de criouliização socialmente representativos e perenes do português no Brasil, o que não descarta a hipótese da ocorrência de processos localizados e efêmeros de pidginização/criouliização do português, sobretudo nas sociedade agro-exportadora do nordeste brasileiro, no século XVII (cf. LUCCHESI; BAXTER, 2006; e LUCCHESI, 2009). Portanto, para compreender como o contato afetou as variedades populares do português brasileiro, é preciso superar a estreita dicotomia pidginização/criouliização *versus* evolução interna. Ou seja, é preciso pensar que existe uma graduação na intensidade dos processos de contato entre línguas determinando um gradiente de variedades linguísticas que se formam nessas situações de contato.

1.2 A transmissão linguística irregular

A ideia de uma *criouliização leve* ou de uma *semicriouliização*, proposta inicialmente por Silva Neto (1963 [1951]) e retomada por Holm (1992), encontra a sua formalização teórica no conceito de *transmissão linguística irregular* (BAXTER; LUCCHESI, 1997; LUCCHESI, 2003 e 2008; e LUCCHESI; BAXTER, 2009).⁴ A transmissão linguística irregular é um conceito mais amplo do que o de pidginização/criouliização, pois engloba, tanto os processos de mudança provenientes do contato entre línguas através dos quais uma determinada língua sofre alterações muito profundas na sua estrutura, do que resulta

3 Para definição do conceito de estereótipo, veja-se Labov (1972).

4 O conceito de *transmissão linguística irregular* guarda grandes similaridades e alguma complementariedade com o conceito de *reestruturação linguística parcial* de John Holm (2004).

o surgimento de uma outra entidade linguística denominada *pidgin* ou *crioulo*, quanto os processos nos quais uma língua sofre alterações decorrentes do contato com outras línguas, sem que essas alterações cheguem a configurar a emergência de uma nova entidade linguística qualitativamente distinta.

Os processos de contato massivo e radical entre línguas, como aqueles criados no bojo da expansão colonialista europeia, entre os séculos XVI e XIX, caracterizam-se, em linhas bem gerais, por um duplo movimento. Primeiramente, ocorre uma forte erosão gramatical da língua do grupo dominante (a *língua-alvo* ou *língua lexificadora*), no momento inicial do contato, quando se forma um código de comunicação emergencial, denominado na crioulistica como *jargão* ou *pré-pidgin* e constituído basicamente por um vocabulário bastante restrito da língua do grupo dominante que os falantes dos grupos dominados adotam para desempenhar funções comunicativas básicas. O segundo movimento ocorre quando o pré-pidgin é adotado para a comunicação entre os falantes do grupo dominado, o que determina uma ampliação do seu espectro funcional. As novas demandas comunicativas que essa situação cria levam a um incremento da estrutura gramatical do pré-pidgin, que se vai convertendo na variedade linguística da comunidade de fala que se forma na situação de contato. As línguas pidgins e crioulas resultam desse processo de reestruturação gramatical, em situações em que o acesso aos modelos da língua-alvo é muito restrito. Assim, a estrutura gramatical das línguas pidgins e crioulas se forma a partir de dois processos possíveis nesse tipo de situação:

(i) a transferência de mecanismos gramaticais das línguas nativas dos falantes das outras línguas para o pré-pidgin, no processo de formação de um *pidgin estável* ou de um *pidgin expandido*;

(ii) a gramaticalização do pré-pidgin com base nos dispositivos universais da faculdade da linguagem que atuam na aquisição da língua materna, quando o pré-pidgin se converte em modelo para a aquisição linguística das crianças que nascem na situação de contato; ou seja, quando ocorre a *crioulização*.

Deve-se ter em conta também que nem todos os mecanismos gramaticais da língua lexificadora que se perdem no processo de estabelecimento do pré-pidgin são reconstituídos na pidginização/crioulização. Os mecanismos que geralmente são reconstituídos são, entre outros, o sistema de tempo, modo e aspecto dos verbos, os complementizadores e os marcadores de estruturas predicativas (esses dois últimos, não raro, por meio da gramaticalização de verbos no que se tem chamado de *serialização verbal*). Por outro lado, as regras de concordância nominal e verbal e outros mecanismos gramaticais sem valor informacional, ou que expressam categorias gramaticais mais abstratas, tendem a não ser reconstituídos, daí a ideia geral de que as línguas pidgins e crioulas são morfologicamente mais simples do que as suas línguas lexificadoras (MUYSKEN; SMITH, 1994; SIEGEL, 2008).

A primeira grande diferença entre as línguas pidgins e crioulas, de um lado, e as demais variedades linguísticas que se formam na situação de contato – as *variedades*

vernáculos parcialmente reestruturadas, na designação de Holm (2004) –, de outro, radica na reestruturação original da gramática e decorre do grau de acesso aos modelos da língua-alvo. A reestruturação original da gramática das línguas crioulas, seja pelas transferências do substrato, seja pela criouliização, está diretamente ligada ao acesso aos modelos da língua dominante, por conta da segregação social das comunidades crioulófonas. Porém, se os falantes das outras línguas, e sobretudo os seus descendentes – como no caso brasileiro dos *crioulos* (filhos dos escravos africanos nascidos no Brasil) – têm um maior acesso aos mecanismos gramaticais da língua-alvo, o mais plausível é que, por exemplo, ocorra a reinserção de um morfema flexional de tempo e modo da língua dominante, do que a criação de uma partícula pré-verbal via gramaticalização de uma auxiliar ou de um advérbio, para desempenhar a mesma função. Assim, os processos de reestruturação original da gramática em variedades parcialmente reestruturadas pelo contato são raros ou marginais.

A segunda diferença menos afasta do que aproxima as línguas pidgins e crioulas das variedades parcialmente reestruturadas. Trata-se da simplificação morfológica. Os mecanismos gramaticais sem valor informacional, que se podem denominar de *gramática aparente*, são universalmente afetados nas situações de contato massivo entre línguas. Entretanto, enquanto na pidginização/criouliização eles são geralmente eliminados, nos processos de transmissão linguística irregular menos intensos, ou mais leves, o resultado mais normal não é a eliminação desses mecanismos, mas um quadro de ampla variação no seu emprego. Portanto, as diferenças entre os crioulos portugueses da África e o português popular brasileiro, no que concerne às regras de concordância nominal e verbal e à flexão de caso dos pronomes pessoais, são meramente quantitativas, pois ambos os cenários derivam de um mesmo processo de mudança: a simplificação morfológica inerente às situações de contato massivo entre línguas. Portanto, a visão mais ampla, subjacente ao conceito de transmissão linguística irregular, permite definir o português popular do Brasil como uma variedade parcialmente reestruturada pelo contato entre línguas, tendo como resultados mais proeminentes a ampla variação no uso de mecanismos gramaticais sem valor informacional.

A teoria contida no conceito de transmissão linguística irregular permite articular as similitudes nas condições sócio-históricas em que se formaram as variedades populares do português (particularmente o português afro-brasileiro) e os crioulos portugueses da África com as notáveis correspondências linguísticas aqui apresentadas, de forma a descortinar um profícuo campo de pesquisa sobre a história sociolinguística do Brasil que contempla a diversidade étnica da sociedade brasileira e incorpora setores que sempre foram marginalizados pela história oficial da língua. Essa perspectiva também rompe com os limites de uma história única do português brasileiro das análises diacrônicas formalistas que se baseiam exclusivamente em registros históricos da língua das elites. Contudo, apesar de resgatar os contextos sócio-históricos da formação das diversas variedades do português brasileiro, esse programa de pesquisa, encampado decididamente pelo *Projeto*

Vertentes do Português Popular do Estado da Bahia, sediado na UFBA (www.vertentes.ufba.br), encontrou os seus maiores adversários não nas hostes do formalismo, mas no “fogo amigo” da sociolinguística.

2 A grande oposição: o surpreendente resgate da visão imanentista

A maior resistência à pesquisa sócio-histórica que busca precisar o papel do contato entre línguas na formação da realidade linguística brasileira tem sido levantada surpreendentemente por dois dos maiores sociolinguistas do Brasil: Anthony Naro e Marta Scherre. Desde o início da década de 1990,⁵ esses dois pesquisadores têm publicado artigos que visam a negar a proeminência do contato entre línguas na formação do português brasileiro. O conjunto de trabalhos produzidos desde então por esses autores foi reunido em um volume significativamente intitulado *Origens do português brasileiro*, publicado em 2007. Ao contrário do que se espera de sociolinguistas, Naro e Scherre minimizam a ação dos chamados fatores externos, como o contato entre línguas, identificando como móvel para a formação do português brasileiro as tendências internas ao sistema linguístico e buscando sua fundamentação teórica no conceito de *deriva linguística* do estruturalismo norte-americano do início do século XX. Dessa forma, Naro e Scherre resgatam a visão imanentista, segundo a qual a história de uma língua é regida pela lógica de sua estrutura interna. A língua, assim concebida, desenvolve-se de forma autônoma em uma direção prefigurada, e os contextos históricos e sociais que determinam o seu uso apenas podem acelerar ou retardar essas tendências internas. Tal visão predominou na Linguística Moderna durante a hegemonia do modelo estruturalista, mas perdeu qualquer sustentação teórica, com a superação do Estruturalismo, sendo exatamente a fragilidade de suas formulações sobre a mudança uma das principais causas da crise e da superação desse modelo no desenvolvimento da Linguística Moderna (cf. LUCCHESI, 2004).

Apesar disso, Naro e Scherre apoiam-se centralmente na antiga visão dos primórdios do estruturalismo norte-americano, passando por cima de todo o contexto sócio-histórico da formação da realidade linguística brasileira e de sua estrutura sociolinguística atual. Para além da ausência de fundamentação teórica, as seções seguintes buscarão revelar as contradições internas do raciocínio desses autores, bem como a falta de sustentação empírica da sua visão.

2.1 A hipótese da deriva secular

Apesar de darem um grande destaque em sua argumentação à expressão *confluência de motivos*, chegando a afirmar que “forças de diversas origens [...], juntas, se reforçaram para produzir o português popular do Brasil”, Naro e Scherre (2007, p. 25) concentram todos os seus esforços para tentar provar a prevalência das forças internas nesse processo.

5 Naro e Scherre (1993).

Para esses autores (2007, p. 50), as principais características do português popular brasileiro (PPB) resultam de uma deriva românica:

[A concordância variável de número entre o sujeito e o verbo, entre os elementos do sintagma nominal e no sintagma predicativo nos dialetos não padrão do português do Brasil tem] origem unicamente na antiga deriva secular das línguas indo-europeias em geral, e das línguas românicas em particular, em direção a uma gramática com menos flexão nos termos de Sapir (1949/1921: 145-170).

Dessa forma, sua posição é sumarizada da seguinte maneira:

A língua portuguesa falada em Portugal antes da colonização do Brasil já possuía uma deriva secular que a impulsionava ao longo de um vetor de desenvolvimento. No Brasil, este vetor se encontrou com forças que reforçavam e expandiam a direção original. (NARO; SCHERRE, 2007, p. 47)

Portanto, toda a base teórica da explicação de Naro e Scherre para o desenvolvimento do PB assenta no conceito de *deriva linguística* proposto pelo linguista norte-americano Edward Sapir, no início da década de 1920. Os autores retomam a formulação de Sapir, com base no seguinte trecho:

“a língua se move ao longo do tempo num curso que lhe é próprio. Tem uma deriva”, [de modo que] “as mudanças dos próximos séculos estão em certo sentido prefiguradas em certas tendências não perceptíveis no presente”. (SAPIR, 1949 [1921], p. 150-1, *apud* NARO; SCHERRE, 2007, p. 26, nota de rodapé 3)

Em consonância com esse princípio, Anthony Naro (2007, p. 182-3), chega à seguinte conclusão:

Já que as estruturas relevantes existiam no próprio português, insistimos que não há necessidade de postular outras fontes, tais como interferência de línguas de configuração estrutural distinta (africanas, ameríndias ou quaisquer outras), efeitos de simplificação durante o processo de aprendizagem, ou quaisquer outras circunstâncias alheias à própria língua portuguesa.

Para Naro, sua conclusão está fundamentada em “um princípio heurístico geral da construção de teorias científicas” de autoria do egrégio frade franciscano do século XIV Guilherme de Ockham, que é apresentado da seguinte maneira:

O princípio, em uma de suas formulações originais, determina [...] “é inútil fazer com mais o que se pode fazer com menos” ou, em outra, [...] “múltiplas entidades não devem ser postuladas sem necessidade”. Conhecida como a Navalha de Ockham, esta doutrina ensina a cortar qualquer excrescência teórica que não contribua para explicar os dados relevantes. [...] entre duas ou mais teorias com as mesmas conseqüências empíricas, deve-se preferir a que for menos elaborada ou mais simples, i.e., com menos construtos e mecanismos teóricos.

Para ilustrar tal princípio, recorre à conhecida analogia com o caso de “um fazendeiro que, numa bela manhã, dá pela falta de alguns carneiros de seu rebanho”:

[O fazendeiro] conclui que os carneiros devem ter sido comidos pelos lobos que ele vira na floresta vizinha à sua propriedade no dia anterior. Mas ele poderia também pensar que ouvira dizer que há leões no zoológico que fica na capital. Talvez tenham escapado alguns leões e estes poderiam ter comido os carneiros. [...] Ou, então, poderia ter havido uma invasão despercebida de extraterrestres, casualmente famintos exatamente por carneiros. A Navalha de Ockham determina que a primeira teoria é a que deve ser preferida, por envolver menos construtos teóricos do que a teoria da fuga dos leões ou a da existência de extraterrestres.

Porém, invocando um outro princípio heurístico, o da *múltipla causalidade*, Naro (2007, p. 184) afirma, em relação “às origens do português brasileiro”:

poderíamos admitir que, embora todas as características da língua popular do Brasil sejam derivadas em primeira instância de variedades do português europeu da época, mesmo assim seriam relevantes *TAMBÉM* outras circunstâncias alheias à Europa, tal como interferência lingüística, simplificação, crioulização etc.⁶

E, então, faz o seguinte desafio (2007, p. 184-5):

Dada a existência prévia comprovada dos traços ditos crioulizantes na língua transferida para o Brasil, cabe aos proponentes de uma teoria múltipla, tal como a origem crioula, ou semicrioula, declarar quais são as consequências empíricas não cobertas pela teoria da origem europeia que a teoria crioula, mais complexa por ser múltipla, prevê. No que diz respeito às *ORIGENS* estruturais do português brasileiro, a hipótese da procedência estritamente portuguesa dos traços brasileiros supostamente típicos está confortavelmente fora do alcance da Navalha de Ockham, que nos parece estar fragilmente pendurada, pronta para cortar as excrescências da teoria crioulista, ou semicrioulista, criadas, em especial, para interpretar os traços lingüisticamente estigmatizados.⁷

Aceitamos aqui o desafio proposto por Naro, e vamos buscar demonstrar na próxima seção que a hipótese da origem europeia dos traços característicos do PPB entra em contradição com a própria visão de Naro e Scherre sobre a história sociolinguística do Brasil e que a deriva lingüística deve ser descartada como uma *excrescência teórica*, já que é um construto teórico desnecessário em face da relação mais simples, direta e empiricamente motivada entre a aquisição precária de uma segunda língua por parte de falantes adultos em situações de aprendizado não sistemático e o processo de simplificação morfológica que caracteriza o PPB.

2.2 Uma forte contradição interna

No panorama histórico que apresentam para a formação lingüística do Brasil, Naro e Scherre (2007) afirmam, entre outras coisas, que:

- (i) “[...] a língua dos diversos grupos se influenciavam, principalmente através do aprendizado de segundas línguas por parte de falantes não nativos adultos.”
(p. 29)

6 Grifo do original.

7 *Idem*.

- (ii) “[...] não podemos deixar de suspeitar que a pidginização em si, quase endêmica no Brasil desde o início da Colônia [...], tenha exercido influência no desenvolvimento do português brasileiro.” (p. 32)

Afirmam ainda (2007, p. 26) que esse pidgin já continha “um amplo leque de traços variantes pidginizantes, incluindo uso variável de flexões verbais e nominais”.

A referência a um pidgin no Brasil por parte de Naro e Scherre carece de precisão, tanto na sua definição teórica, quanto na definição das situações sociolinguísticas envolvidas. O que se denomina *pidgin* deve ser visto sempre como um processo, não como uma entidade linguística estática, com um perfil nítido (MÜHLHÄUSLER, 1986). A situação em que uma grande quantidade de falantes adultos de diversas línguas ininteligíveis entre si é forçada a se comunicar usando os recursos da língua de um grupo dominador minoritário, tal como se deve ter passado ao longo da colonização do Brasil, dá ensejo a um código de comunicação muito restrito denominado *jargão* ou *pré-pidgin*. Nesse estágio inicial, um conjunto muito reduzido de palavras referenciais (nomes, verbos, adjetivos, advérbios) é adquirido para o desempenho de funções comunicativas muito limitadas entre dominantes e dominados, sem qualquer suporte gramatical consistente. Com a consolidação da comunidade linguística heterogênea, as funções comunicativas do jargão, ou pré-pidgin, vão-se ampliando, sobretudo quando ele passa a ser utilizado na comunicação entre os membros do grupo dominado. E, com isso, vai ocorrendo a sua estruturação gramatical, que pode atingir um nível tal, como no caso do tok pisin, em Papua-Nova Guiné, que essa variedade linguística exibe uma estrutura gramatical similar à de qualquer língua humana.

A formação de um pidgin estável, ou expandido, não é um processo frequente, pois demanda condições históricas bem específicas, como as que se verificaram em Papua-Nova Guiné. Na história sociolinguística do Brasil, tais processos foram muito raros e localizados, se é que aconteceram de fato. Entretanto, a formação de *pidgins restritos* deve ter sido geral e muito recorrente. Siegel (2008, p. 26) define essa variedade linguística da seguinte maneira:

Pidgins restritos são caracterizados sociolinguisticamente como variedades de contato estabilizadas que são usadas apenas para a comunicação básica entre pessoas que não compartilham a mesma língua. O que têm em comum linguisticamente é a simplicidade morfológica [...]: ausência de morfemas gramaticais de flexão e partículas gramaticais raras, quando não ausentes. Coisas que são expressas gramaticalmente em outras línguas não são explicitamente expressas (por exemplo, ausência de complementizadores para indicar subordinação), ou são expressas lexicalmente (por exemplo, advérbios, ao invés de qualquer tipo de morfema para indicar relações de tempo e aspecto). Além disso, em comparação com suas línguas lexicalizadoras, têm um menor número de pronomes e preposições e apenas um único marcador pré-verbal de negação.

[...]

Exceto pelo fato de não estarem estabilizados, pré-pidgins são geralmente similares aos pidgins restritos em termos de simplicidade morfológica.⁸

8 Traduzido do original inglês.

Há uma ampla pesquisa sobre pidgins restritos⁹ que pode fornecer evidências cruciais para compreender como o contato entre línguas atuou na formação histórica das variedades populares do português no Brasil. Sobre os fatores que atuam na formação dos pidgins restritos, predominam as visões que focalizam as condições especiais em que ocorre essa aquisição de segunda língua, geralmente rotuladas *teorias de aquisição imperfeita de segunda língua* (MUYSKEN; SMITH, 1994, p. 10). Nessa linha, ganha destaque a abordagem construtivista (BAKER, 1997 e 2000), que revela que, em muitas dessas situações de contato, antes de apreender a língua do grupo dominante, os indivíduos querem desenvolver “um meio de comunicação interétnica”, com os recursos disponíveis naquele meio. Além disso, em muitos casos, os falantes do grupo dominado não estão interessados em aproximar a sua variedade de segunda língua da língua do grupo dominante, até para conservar a sua identidade própria (RAMPTON, 1997).

Dessa forma, há uma estreita relação entre a aquisição de segunda língua por parte de falantes adultos em situações não sistemáticas e a formação de pré-pidgins ou pidgins restritos (WEKKER, 1996; FIELD, 2004; SIEGEL, 2008). No processo de aquisição de segunda língua em geral, o aprendiz vai construindo modelos aproximativos da língua-alvo denominados *interlíngua* (IL). Nos estágios iniciais, a IL se caracteriza pela ausência de dispositivos gramaticais. As abordagens que se fundamentam na teoria gerativa da gramática postulam que, inicialmente, os aprendizes só têm acesso aos modelos de projeções lexicais, não acessando os modelos das projeções funcionais (VAINIKKA; YOUNG-SCHOLTEN, 2006); ou seja, as gramáticas de segunda língua inicialmente só dispõem de categorias lexicais e não de funcionais (HAWKINS, 2001), o que explica a ausência de dispositivos gramaticais.

O que diferencia a pidginização da aquisição sistemática de segunda língua é que, enquanto, no segundo caso, o aprendiz avança para modelos de IL cada vez mais próximos da língua-alvo, os falantes das outras línguas estacionam nos estágios iniciais, no caso dos pidgins restritos. Com efeito, há uma série de estudos que estabelecem paralelos muito significativos entre as características gramaticais dos estágios iniciais de IL e pidgins que têm a mesma língua-alvo ou lexificadora. Esses estudos, realizados nas últimas décadas do século XX, têm como base empírica a fala de trabalhadores imigrantes na Europa e na América do Norte. Um estudo de Shumann (1978) mostra que, na fala de um trabalhador imigrante aprendiz do inglês, se encontram características típicas dos pidgins de base inglesa, tais como:

- (i) *no* como partícula de negação pré-verbal
- (ii) ausência de inversão nas perguntas
- (iii) ausência de verbos auxiliares
- (iv) ausência de flexão verbal de passado

⁹ Tal é o caso do pidgin inglês da China (BAKER, 1987), do pidgin da Groelândia (VAN DER VOOT, 1996), do pidgin inglês nauru (SIEGEL, 1990), do pidgin ndyuka-trio (HUTTAR; VALENTIE, 1997), do pidgin Delaware (GODDARD, 1997), do pidgin francês do Vietnã (REINECKE, 1971), do pidgin inglês do Havaí (BICKERTON, 1981) e pidgin fijian (SIEGEL, 2008), entre outros.

Um amplo projeto de pesquisa da *European Science Foundation*, na década de 1980, promoveu o estudo de variedades de segunda língua empregadas por trabalhadores de diversas línguas nativas (árabe, finlandês, italiano, espanhol e turco) que tinham como língua-alvo o holandês, o inglês, o alemão, o francês e o sueco. Klein e Perdue (1997) apresentam resultados muito interessantes desse projeto, revelando que quase um terço dos indivíduos pesquisados permanecia nos estágios iniciais de IL, que eles denominaram *Varietade Básica* (VB). Assim como os pidgins restritos, a VB caracteriza-se pela quase ausência de morfemas flexionais e de complementizador, elenco muito reduzido de pronomes e preposições, partícula de negação única e pelo emprego de advérbios para expressar o tempo, modo e aspecto.

Portanto, as pesquisas desenvolvidas desde as últimas décadas do século XX dão suporte empírico e teórico mais do que suficiente para identificar a origem da variação na concordância nominal e verbal que se observa hoje nas variedades populares do português brasileiro na simplificação morfológica que ocorreu nas situações de aquisição de segunda língua não sistemática por parte de falantes adultos e na formação pré-pidgins e pidgins-restritos, que certamente surgiram entre os trabalhadores africanos nos engenhos de cana-de-açúcar, nas plantações de fumo, algodão e café, bem como nas minas, ou até mesmo em quilombos espalhados pelo interior, ou seja, nos contextos mais representativos da história sociolinguística do Brasil. Diante disso, não há o menor sentido em recorrer a uma categoria pré-teórica, abstrata e quase metafísica, intuída no início do século passado, a *deriva linguística*.

Em outras palavras, se Naro e Scherre assumem que processos históricos concretos como a pidginização e a aquisição precária de segunda língua por parte de falantes adultos foram decisivos na formação das variedades populares do português no Brasil, e esses processos empiricamente comprovados por si só já implicam simplificação morfológica, não é preciso invocar um construto teórico abstrato, desprovido de comprovação empírica, a *deriva secular românica*, para explicar essa simplificação morfológica. Assim, a própria visão histórica apresentada por Naro e Scherre para a formação das variedades populares do português brasileiro torna a *deriva secular* uma excrescência teórica: *se temos os lobos da vizinhança [do contato linguístico], não precisamos invocar os ETs [da deriva românica] para explicar o sumiço dos carneiros*.

Além de ser uma abstração teórica desnecessária – em face da relação teoricamente fundamentada e empiricamente comprovada entre aquisição imperfeita de segunda língua e simplificação morfológica –, a hipótese da deriva ou da origem europeia não dá conta de uma série de fatos empíricos da formação do português popular que não têm paralelo na variedade europeia do português, como reconhecido pelo próprio Naro.

2.3 Fatos empíricos não explicados pela teoria da deriva secular

Naro e Scherre (2007, p. 32-33) afirmam que a origem da variação na concordância verbal no português popular brasileiro se encontra em um processo de desnasalização, que já existia na língua de Portugal antes da colonização do Brasil:

Existe evidência empírica a sugerir que, em etapas anteriores do desenvolvimento da concordância verbal variável, o tipo *comem/come*, em que atua a regra fonológica da desnasalização, liderava maciçamente a redução da concordância (Naro, 1981a: 93). Daí conclui-se que a redução morfológica da concordância é um desenvolvimento mais tardio, criado a partir da ampliação da redução fonológica. De fato, essa primeira etapa – a desnasalização – existe na fala popular de Portugal [...] a regra atua tanto em nomes (*virgem* como *birge*) como em verbos (*vertem* como *bérte*). Temos aí uma origem européia da redução da concordância verbal, sem qualquer influência exterior necessária, africana ou ameríndia. Essa regra é, aliás, bem antiga; a omissão da nasal final é frequente nos textos medievais portugueses e até em latim clássico a nasal final era fraca

Naro e Scherre defendem a existência de um processo prévio de nasalização variável, mas não apresentam evidências empíricas nem sustentação teórica para explicar a passagem da variação fônica (desnasalização) para a variação morfossintática (variação na concordância verbal). Há uma lacuna não explicada: como uma desnasalização rarefeita promoveu processos de simplificação morfológica tais como: *comeu/comeram*; *fiz/fizeram* e *é/são*? Invocar a analogia, tão cara à Filologia do século XIX, nesse caso, não é apenas um anacronismo, é um desatino teórico e epistemológico, até porque, assim, é possível explicar qualquer coisa (o que, frente a critérios rigorosos de aferição de explicação científica, equivale a não explicar coisa alguma), até um processo muito pouco plausível como esse, em que algo quase imperceptível se torna o móvel para alterações em contextos altamente sensíveis. Como argumentou Gregory Guy (1989, p. 236-7):

Identifico vários problemas com a explicação de Naro, tal como essa mudança poderia ser transmitida de um falante para outro se ela começa, como afirma Naro, em contextos em que ela era teoricamente imperceptível.

Além disso, há evidências empíricas que contrariam a afirmação de que “a regra fonológica da desnasalização, liderava maciçamente a redução da concordância”. Tais evidências podem ser encontradas na própria análise de Scherre e Naro (1997), bem como na de Monguilhott e Coelho (2002), sobre a variação na concordância verbal no que se tem chamado português popular urbano brasileiro. Se a variação tivesse início na desnasalização para depois se expandir para os outros contextos, atualmente o contexto em que os falantes menos aplicariam a regra de concordância verbal deveria ser o das formas do tipo *falam* e *comem*, que indicam o plural apenas com a marca da nasalização. Porém, as tabelas 1 e 2 abaixo revelam que os falantes fazem muito menos concordância no contexto do sujeito posposto – 26%, no Rio de Janeiro, e 52%, em Florianópolis (cf. tabela 2) – do que no contexto de simples desnasalização – 61%, no Rio de Janeiro, e 73%, em

Florianópolis (cf. tabela 1).¹⁰ Esse cenário é muito mais compatível com o de um fenômeno de natureza puramente morfossintática, que sempre esteve condicionado fortemente por fatores sintáticos, e claramente contraditório a um fenômeno com supostas origens fônicas que se transubstanciou em fenômeno morfossintático.

Tabela 1: Realização da concordância verbal segundo o morfema de plural

MORFEMA	Rio de Janeiro (PEUL)			Florianópolis (VARSQL)		
	nº de oco.	freq.	P.R.	nº de oco.	freq.	P.R.
-m Ex.: <i>canta(m), come(m)</i>	1.361/2.229	61%	.27	663/903	73%	.24
alíã Ex.: <i>fez/ fizeram, é/ são, etc.</i>	2.008/2.403	84%	.56	588/680	86%	.60
TOTAL	3.369/4.632	73%		1.251/1.583	79%	

Tabela 2: Realização da concordância verbal segundo a posição do sujeito

POSIÇÃO	PEUL-RJ			VARSQL		
	Oc.	Freq.	P.R.	Oc.	Freq.	P.R.
Posposição	50/194	26%	.08	132/255	52%	.13
Outras posições	2368/3017	78%	.49	1119/1328	84%	.58
TOTAL	3369/4632	73%		1251/1583	79%	

Além de não explicar a variação na concordância com a 3ª pessoa do plural, a hipótese da deriva nem sequer pode ser invocada para explicar a variação que atinge todo o paradigma verbal no português brasileiro, particularmente a 2ª pessoa do singular e a 1ª do plural, pois não há qualquer paralelo com o que se observa no português europeu, fato admitido por Naro (2007, p. 180):

[...] não encontramos na documentação portuguesa vista até o momento menção do uso da desinência verbal da 3ª pessoa do singular em contexto de 1ª pessoa do plural em frase do tipo *nós vai* [...]. Outro caso não documentado em Portugal é a *variação tu fala / tu falas*, caso que pode existir sem concordância quase categoricamente em diversas áreas dialetais brasileiras [...]. Uma hipótese sedutora é a de que a variação com *nós* e com *tu* entrou ou se implementou via inserção de *a gente* e de *você* no quadro pronominal

Tal hipótese, longe de ser sedutora, é insustentável, pois Lucchesi (2007) demonstrou que a simplificação do tipo *nós vai* se dá independentemente da inserção do *a gente* na pauta de pronomes pessoais. Nas comunidades rurais afro-brasileiras isoladas, os mais velhos, que usam menos o *a gente*, são aqueles que mais usam a estrutura do tipo *nós vai*.

Assim, a simplificação da concordância verbal em formas do tipo *tu fala* e *nós vai* não tem paralelo no português europeu, não se podendo postular uma origem europeia do fenômeno, nem pode ser explicada no quadro teórico da deriva secular. Conforme argumentado na primeira seção deste capítulo, a hipótese da transmissão linguística irregular é mais simples, empiricamente fundamentada e teoricamente consistente, e dá

¹⁰ Os resultados dessas tabelas foram extraídos de Monguilhott e Coelho (2002), para a cidade de Florianópolis, e de Scherre e Naro (1997), para a cidade do Rio de Janeiro.

conta de todo o amplo quadro de variação na concordância verbal que atinge, em algumas comunidades rurais afro-brasileiras isoladas, todas as pessoas do discurso, inclusive a 1ª pessoa do singular (*eu trabalha*), como se pode ver esquematicamente no quadro abaixo:

PREMISSA	FATO	CONCLUSÃO
Uma tendência geral nas situações de contato massivo, abrupto e radical é a eliminação da morfologia verbal de pessoa e número	A maioria das variedades do português popular do Brasil se formou em situações de contato linguístico massivo	O quadro de variação encontrado atualmente nas variedades populares do português do Brasil é o resultado de processos de mudança desencadeados por situações de contato entre línguas
EVIDÊNCIA EMPÍRICA A morfologia verbal foi eliminada em todos os processos conhecidos de criouliização da língua portuguesa		

O valor explicativo dessa hipótese está na facilidade como ela pode ser submetida ao critério da *falseabilidade*, proposto por Karl Popper (1975[1934]) e altamente aceito, em várias áreas do conhecimento científico, como critério de aferição do valor de explicações científicas. O raciocínio aqui proposto pode ser falseado com apenas um contra-exemplo. Basta que seja apresentada uma situação empiricamente comprovada em que o contato massivo, radical e abrupto não produziu uma erosão na morfologia flexional de pessoa e número do verbo. Portanto, a hipótese da transmissão linguística irregular é mais simples, direta e empiricamente testável.

O mesmo não se aplica, de maneira alguma, à hipótese da deriva secular, como se pode ver, esquematicamente, no quadro abaixo:

Haveria uma tendência românica para a desnasalização	Em que medida? Qual a fundamentação teórica?
Essa desnasalização se concentrou nas formas verbais do tipo <i>come/comem</i>	Por quê?
A variação fonológica do tipo <i>come/comem</i> se transformou em variação morfológica, atingindo formas como <i>fez/fizeram</i>	Como?
O morfema de 2ª pessoa do singular é eliminado na fala popular de muitas regiões brasileiras, sendo categórica a estrutura <i>tu vai</i> , sem qualquer paralelo identificado no português europeu	Sem explicação
A variação <i>nós vai/vamos</i> ocorre na fala popular brasileira em níveis próximos ao da variação <i>eles trabalha/trabalham</i> , sem qualquer paralelo identificado no português europeu	Sem explicação

Se a hipótese da deriva é problemática no que concerne à explicação da variação na concordância verbal no português popular brasileiro, ela é ainda mais frágil quando se trata da variação na concordância nominal de número.

O raciocínio de Naro e Scherre (2007, p. 33) para explicar as origens da variação na concordância nominal de número no português popular do Brasil é análogo ao da explicação das origens da variação na concordância verbal. Se a variação na concordância verbal teve início em um processo de desnasalização já presente no português europeu (PE) em função de uma deriva românica, a variação na concordância nominal teve o seu

início na perda do -s final que já ocorreria no PE também por causa de uma deriva românica. Porém, Naro e Scherre admitem serem “raras as menções à ausência do -s final no PE” e que a queda desse segmento só ocorre “em circunstâncias especiais”. Na verdade, os casos que os autores relatam devem ser vistos mais como assimilação aos segmentos seguintes do que propriamente como uma queda.

Porém, afirmam que, “na história das línguas românicas em geral, temos muitas evidências de queda ou enfraquecimento do -s final”:

Já nos dialetos itálicos pré-românicos, encontramos freqüente omissão do -s final e, nas inscrições latinas primitivas, encontra-se o -s omitido livremente. Na época clássica, porém, e continuando até o século II, o -s reaparece, para então desaparecer de novo (Grandgent, 1962: 190). Mesmo no latim clássico o -s era apagado sob certas circunstâncias, embora Cícero tachasse essa pronúncia de “subrusticum” (Sturtevant, 1940: 161). Desses fatos conclui-se que o -s final dificilmente era pronunciado na língua popular de qualquer fase da história do latim. Grandgent (1962: 91), entretanto, é de opinião que o -s deve ter sido reforçado na Gália, Espanha e outras regiões devido a “primitivos hábitos lingüísticos dos indígenas” e assim se salvou em certas regiões. (NARO; SCHERRE, 2007, p. 34)

Essa alegada tendência geral à supressão do -s final na România, e especificamente na România Ocidental, choca-se frontalmente com a visão corrente de que a redução da flexão de caso dos nomes nessa região se deu em função do caso acusativo exatamente por causa da força do -s final como marca de plural: *rosa(m)* – *rosas*; *civitate(m)* – *civitates* etc. Para dar conta disso, Naro e Scherre recorrem à afirmação de Grandgent de que o -s foi “salvo” pelos “primitivos hábitos lingüísticos dos indígenas”. O que é absolutamente inusitado nessa passagem é que os defensores da deriva tenham de recorrer ao contato lingüístico para sustentar a sua hipótese inicial! E, se a hipótese da deriva precisa de uma implausível mudança induzida pelo contato para se manter, é porque ela não tem a menor salvação. Essa alegada mudança induzida pelo contato com os povos dominados da România Ocidental contraria tudo o que se sabe sobre as mudanças fônicas que normalmente ocorrem em situações de contato massivo. Nesses casos, o que ocorre normalmente é a perda de consoantes implosivas (CVC > CV), e não a sua conservação, e muito menos a sua restauração!

O que fica ainda mais difícil de explicar é como a deriva secular românica é suplantada pelo contato lingüístico menos intenso provocado pela expansão do Império Romano e, muitos séculos depois, se sobrepõe a um contato muito mais intenso e radical, como o ocorrido no continente americano, com o sequestro e a escravização de milhões de africanos, falantes de centenas de línguas mutuamente ininteligíveis, que foram retirados de seu ambiente cultural de origem e misturados para evitar possíveis motins.

Se os argumentos históricos que subjazem à hipótese da deriva secular são francamente insustentáveis, as evidências empíricas do presente também contrariam a hipótese de que a variação na concordância nominal de número no português brasileiro é, na sua origem, um fenômeno fônico. Lucchesi (2009) relata os resultados de uma análise quantitativa da variação na realização do -s implosivo entre indivíduos de um a doze

anos de escolaridade da cidade de Salvador, Bahia, numa amostra de fala que constitui o *corpus* do PEPP – Projeto de Estudo do Português Popular de Salvador.¹¹ Os resultados quantitativos do apagamento do -s revelaram que se trata de um fenômeno de natureza morfossintática, e não fônica:

Em primeiro lugar, os resultados da variável posição do segmento no vocábulo [...] revelaram que o apagamento é irrelevante na posição medial, com apenas um por cento do total de ocorrências nessa posição. Portanto, o apagamento do <s> implosivo pode ter o seu escopo circunscrito à posição final de palavra.

É exatamente nessa posição final de palavra que o <s> pode funcionar como morfema de número. Os resultados da análise quantitativa revelaram então que o apagamento só é significativo quando o <s> tem valor morfológico [...]. O percentual de apenas quatro por cento de apagamento do <s> sem valor morfológico se enquadra no processo geral enfraquecimento dos segmentos finais, não constituindo assim um fenômeno específico.

E a caracterização do apagamento do <s> implosivo como um fenômeno morfossintático se confirma cabalmente, com os resultados de uma variável morfossintática também utilizada nesta análise.

Todas as análises da variação na concordância nominal de número no português brasileiro têm observado o seguinte padrão de marcação do número no SN: marcação quase categórica do plural nos determinantes pré-verbais com queda significativa dessa marcação nas demais posições (ANDRADE, 2003). Foi exatamente esse o padrão observado nesta análise. O apagamento do <s> na primeira posição do SN é de apenas cinco por cento do total de ocorrências, correspondendo a 95% de marcação do plural nessa posição. Na segunda posição, o apagamento sobe para algo em torno de 56 e 57%, o que corresponde a uma marcação do plural na ordem de 43/44%. E na terceira posição, o apagamento sobe um pouco mais: 61%, o que equivale a 39% de marcação do plural nessa posição.

Portanto, assim como se deu com a concordância verbal, as evidências empíricas disponíveis sobre a variação na concordância nominal no português brasileiro atual contrariam frontalmente a hipótese da origem fônica do fenômeno. Ou seja, o <s> implosivo no PB e no PE é afetado sobretudo pelos processos de palatalização e aspiração, registrando-se também um rarefeito apagamento. Esses fenômenos fônicos nada têm a ver com o vigoroso processo de variação que afeta a concordância nominal de número (e.g., *os meninos / os menino*) nas variedades populares do PB, atingindo também a sua norma urbana culta em menor escala, em função do contato dialetal (LUCCHESI, 2009).

Ainda no âmbito de concordância nominal, um outro fenômeno variável mais restrito no universo das variedades do português brasileiro também escapa totalmente ao alcance da teoria da deriva secular. Trata-se da variação na concordância gênero no interior do sintagma nominal (e.g., *as vezes doce um pessoa, não tem um ambulância [pra socorrer]*), que só é observada em algumas poucas variedades do português popular do interior do Brasil, como as comunidades rurais afro-brasileiras isoladas, muitas das quais remanescentes de antigos quilombos. Lucchesi (2000) argumentou que o fenômeno contraria qualquer hipótese de deriva linguística, na medida em que o que se observa na história da língua portuguesa é exatamente uma ampliação funcional do morfema de gênero, com um grande número de palavras (e.g., *senhor e espanhol*) que não se flexionavam em gênero na fase

¹¹ Para uma visão geral do PEPP, veja-se Lopes, Souza e Souza (2009).

arcaica da língua e agora se flexionam.¹² Essa tendência geral só teria sido sobrepujada em algumas comunidades de fala brasileira que passaram, em sua formação histórica, por um processo mais intenso de transmissão linguística irregular, em função de contato linguístico mais massivo e radical.

Conclusão

Em face de todos esses problemas, pode-se perceber por que, após o artigo de 1993, Naro e Scherre concentraram todos os seus esforços, não para reunir evidências empíricas que apoiassem a hipótese da deriva, mas em coletar fatos que servissem como contra-exemplos da participação do contato linguístico na formação do português popular do Brasil. Naro e Scherre, então, concentraram-se em duas frentes de pesquisa empírica correlacionadas. De um lado, buscaram demonstrar que a variação na concordância verbal já existia no português arcaico, portanto não poderia ter sido desencadeada séculos depois, no processo de colonização do Brasil. Por outro lado, buscaram encontrar sinais de variação na concordância nominal e verbal em variedades populares do português europeu contemporâneo, o que garantiria a continuidade do fenômeno, via deriva linguística, independentemente do contato entre línguas.

Porém, até hoje, os fatos que Naro e Scherre conseguiram sistematizar não têm sido reconhecidos como evidências incontestes contra o papel que o contato entre línguas teria desempenhado na formação do português do Brasil.¹³ Os dados do português arcaico têm recebido questionamentos de natureza filológica e os dados das variedades rurais e populares do português europeu contemporâneo vão de encontro à opinião corrente na comunidade de linguistas portugueses.¹⁴

De qualquer forma, uma **flutuação rarefeita** no emprego das regras de concordância nominal e verbal que Naro e Scherre alegam existir em todas as fases do português europeu até a atualidade constitui, evidentemente, um fenômeno qualitativamente distinto da **variação maciça** que se observa nas variedades populares do português brasileiro. Assim sendo, o processo de variação na formação das variedades populares do PB pode ter-se desenvolvido a partir das situações de contato independentemente de uma variação rarefeita que existiria potencialmente no comportamento linguístico dos colonizadores portugueses. Essa variação rarefeita, ademais, seria inerente a qualquer variedade linguística que tenha um sistema redundante de concordância, como o que existe em português,

12 Atualmente esse processo de ampliação da flexão de gênero ganhou um grande destaque, ao envolver a presidência da República do Brasil. Ao se eleger, Dilma Rousseff intitulou-se “Presidenta do Brasil”. O neologismo tornou-se mote da disputa política, com os opositoristas rejeitando a flexão como imprópria, e os aliados a defendendo como um importante símbolo da luta feminista e da afirmação de gênero.

13 Por questão de espaço e de tempo, essa questão não será tratada em detalhe aqui, mas constituirá objeto de um trabalho mais amplo que pretendemos publicar futuramente.

14 Cf. Naro e Scherre (2007, p. 54): “Em uma viagem a Portugal [...], todos os linguistas e pesquisadores profissionais de dialetologia que encontramos afirmaram de forma clara que as regras de concordância são sempre usadas categoricamente em Portugal por falantes de todas as classes sociais e de todos os níveis de escolarização, incluindo os analfabetos.”

e constitui um fenômeno típico da fala, uma flutuação que ocorre no plano do desempenho, sendo totalmente distinta de uma variação encaixada no sistema linguístico da comunidade, como a que ocorre no Brasil, independentemente de poder haver alguma coincidência nos fatores estruturais que as condicionam.

Além disso, e o que é mais importante, os fatos aduzidos por Naro e Scherre poderiam, na melhor das hipóteses, servir para refutar a hipótese do contato, não para afirmar a hipótese deriva. Apresentar evidências que neguem que a variação que se observa hoje no PB esteja relacionada historicamente ao contato entre línguas não significa demonstrar que essa variação tem a sua origem numa deriva secular. Tal relação não resulta automaticamente da refutação da hipótese do contato linguístico, ela carece igualmente de fundamentação teórica e sustentação empírica, o que, como procuramos demonstrar aqui, está longe de acontecer.

A referência de Naro à *Navalha de Ockham* é pertinente e muito adequada, pois constitui um critério muito geral nos esquemas de aferição das explicações científicas a opção por uma explicação mais simples e elegante em termos teóricos. Uma explicação com menos construtos teóricos abstratos é melhor, porque se baseia em relações empíricas mais diretas, que, por conseguinte, podem ser testadas de forma mais segura e controlada. A relação empiricamente motivada entre a aquisição precária do português em situações de contato massivo e a simplificação morfológica que desencadeou o processo maciço de variação no emprego das regras de concordância nominal e verbal que se observa no português popular do Brasil de hoje é mais simples e direta e pode ser testada por meio da observação controlada de situações análogas de aquisição de segunda língua por falantes adultos em situações de aprendizado não sistemático; ao contrário do que ocorre com a explicação que se apoia no construto teórico abstrato da deriva, que carece de qualquer evidência empírica ao seu favor, para além das mudanças que ela alegadamente teria desencadeado, o que consiste em outra falácia lógica, muitas vezes referidas através da expressão latina *post hoc ergo propter hoc*. Portanto, o golpe certeiro da *Navalha de Ockham*, ao contrário do que imaginou Naro, longe de atingir a hipótese do contato, extirpará a excrescência teórica da deriva secular, que carece de fundamentação teórica e sustentação empírica.

Contudo, vícios como esses acabam se reproduzindo, de modo que já tivemos a oportunidade de ver trabalhos que, não conseguindo demonstrar a relação entre o contato entre línguas e processos variáveis no português, chegam à conclusão de que tais processos resultam de uma deriva secular, como se a deriva fosse uma espécie de hipótese *default*, o que é um verdadeiro absurdo lógico. Portanto, não se pretendeu aqui, em nenhum momento, atacar ou por em causa a capacidade e o trabalho de pesquisadores como Anthony Naro e Marta Scherre, por quem temos o maior respeito. E nem poderia ser diferente, diante de sua inegável importância no desenvolvimento da pesquisa sociolinguística no Brasil.

O que buscamos aqui, em um debate franco e honesto, foi, em primeiro lugar, contribuir para o trabalho de pesquisa na ciência da linguagem. Uma investigação científica consistente e criteriosa não pode prescindir, para além de uma rigorosa verificação empírica, de uma sólida fundamentação teórica e de uma estrutura argumentativa coerente em termos lógicos. Infelizmente os linguistas não se destacam por uma grande consciência epistemológica, como podemos ver, por exemplo, nos vigorosos debates que se travam no âmbito da Física acerca dos pressupostos da investigação científica. O que vemos muitas vezes, na Linguística, é a proposição de relações de causalidade sem se colocar em questão um problema crucial: até que ponto se pode falar em causalidade, com o devido rigor, em um universo tão complexo como o da linguagem humana, sobretudo em sua dimensão sócio-histórica? Talvez essa situação tenha relação com a propalada fragilidade das ciências sociais frente às chamadas ciências duras. Mas, independentemente da validade de por em questão a ideia de que as ciências naturais devem ter como modelo para as ciências sociais, isso não pode dar azo à formação de um ambiente permissivo, em que falta o rigor nos procedimentos de verificação empírica, ou que argumentações se desenvolvam sem atentar para os esquemas lógicos comumente requeridos no trabalho científico; e o que é pior: que o linguista pense que dispõe de uma liberdade de arbítrio que lhe permita escolher uma determinada teoria ignorando tudo quanto foi feito em termos de pesquisa empírica e reflexão teórica nas últimas décadas.¹⁵

Por fim, o segundo e mesmo principal objetivo deste texto foi remover os entraves para o desenvolvimento do que julgamos ser um dos mais importantes campos de investigação empírica da linguística no Brasil atualmente: o papel do contato entre línguas na formação da realidade linguística brasileira. Para além de contribuir para o avanço do conhecimento sobre a formação da nação brasileira em toda a sua pluralidade étnica e cultural, tal pesquisa tem duas implicações cruciais. No plano interno da ciência da linguagem, pode contribuir decisivamente para o avanço da teoria sobre um dos seus mais fascinantes problemas: a mudança linguística. No plano externo, pode mobilizar a ciência para participar de um dos mais importantes embates ideológicos que se travam hoje na sociedade brasileira, e que diz respeito ao resgate e à afirmação de setores historicamente explorados e marginalizados, na teia das relações sociais, especificamente, os segmentos dos índios e afrodescendentes. E são esses objetivos maiores que nos animam a perseverar nos rigores da investigação empírica e no enfrentamento de ideias tão fortemente arraigadas na tradição do campo.

Referências

ANDRADE, P. Ribeiro de (2003). *Um fragmento da constituição sócio-histórica do português do Brasil: variação na concordância nominal de número em um dialeto afro-brasileiro*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia.

¹⁵ Como foi dito na nota anterior, tais questões não serão detalhadas aqui em função dos limites /objetivos deste texto, devendo ser retomadas em texto a ser publicado futuramente.

- BAKER, Philip (1987). The historical developments in Chinese Pidgin English and the nature of the relationships between the various pidgin Englishes of the Pacific region. *Journal of pidgin and creole languages*, Philadelphia; Amsterdam, n. 2, p. 163-207.
- BAKER, Philip (1997). Directionality in pidginization and creolization. In: SPEARS, A.; WINFORD, D. (Ed.). *The structure and status of pidgins and creoles*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins. p. 91-109.
- BAKER, Philip (1997). Theories of creolization and the degree and nature of restructuring. In: NEUMANN-HOLZSCHUH, I.; SCHNEIDER, E. (Ed.). *Degrees of restructuring in creole languages*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins. p. 41-63.
- BAXTER, Alan; LUCCHESI, Dante (1997). A relevância dos processos de pidginização e crioulição na formação da língua portuguesa no Brasil. *Estudos lingüísticos e literários*, Salvador, n. 19, p. 65-83.
- BICKERTON, Derek (1981). *Roots of language*. Ann Arbor: Karoma.
- FIELD, Fred (1997). Second Language Acquisition in Creole Genesis. In: ESCURE, G.; SCHWEGLER, A. (Ed.). *Creoles, contact and language change: linguistic and social implications*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins. p. 127-160.
- GODDARD, Ives (1997). Pidgin Delaware. In: THOMASON, S. G. (Ed.). *Contact languages: a wider perspective*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins. p. 43-98.
- GRACIOSA, Diva (1991). *Concordância verbal na fala culta carioca*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- GUY, Gregory R. (1981a). *Linguistic variation in Brazilian Portuguese: aspects of phonology, syntax and language history*. Tese de Doutorado. University of Pennsylvania.
- GUY, Gregory R. (1989). On the nature and origins of vernacular Brazilian Portuguese. In: *Estudios sobre Español de América y Lingüística Afroamericana*. Bogotá: Instituto Caro y Cuervo. p. 226-244.
- HAWKINS, Roger (2001). *Second language syntax*. Oxford: Blackwell.
- HOLM, J. (1987). Creole influence on Popular Brazilian Portuguese. In: GILBERT, G. G. (Ed.). *Pidgin and creole languages: essays in memory of John E. Reinecke*. Honolulu: University of Hawaii Press. p. 406-429.
- HOLM, J. (1992). Popular Brazilian Portuguese; a semi-creole. In: D'ANDRADE, Ernesto; KIHM, Alain (Org.). *Actas do Colóquio sobre Crioulos de Base Lexical Portuguesa*. Lisboa: Colibri. p. 37-66.
- HOLM, John (2004). *Languages in contact: the partial restructuring of vernaculars*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HUTTAR, George; VALENTIE, Frank (1997). Ndjuka-Trio Pidgin. In: THOMASON, S. G. (Ed.). *Contact languages: a wider perspective*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins. p. 99-124.
- KLEIN, Wolfgang; PERDUE, Clive (1997). The basic variety (or couldn't natural languages be much simpler?). *Second language research*, London, v. 13, n. 4, p. 301-347.
- LABOV, William (1972). *Sociolinguistics patterns*. Oxford: Basil Blackwell.
- LOPES, Norma; SOUZA, Constância; SOUZA, Emília Helena de (Org.) (2009). *Um estudo da fala popular de Salvador: PEPP*. Salvador: Quarteto.
- LUCCHESI, Dante (1994). Variação e norma: elementos para uma caracterização sociolingüística do português do Brasil. *Revista internacional de língua portuguesa*, Lisboa, n. 12, p. 17-28.

- LUCCHESI, Dante (2000). *A variação na concordância de gênero em uma comunidade de fala afro-brasileira: novos elementos sobre a formação do português popular do Brasil*. Tese de Doutorado. Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- LUCCHESI, Dante (2001). As duas grandes vertentes da história sociolingüística do Brasil. *DELTA*, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 97-130.
- LUCCHESI, Dante (2002). Norma lingüística e realidade social. In: BAGNO, Marcos (Org.). *Lingüística da norma*. São Paulo: Loyola. p. 63-92.
- LUCCHESI, Dante (2003). O conceito de transmissão lingüística irregular e o processo de formação do português do Brasil. In: RONCARATI, C.; ABRAÇADO, J. (Org.). *Português brasileiro: contato lingüístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7Letras. p. 272-284.
- LUCCHESI, Dante (2004). *Sistema, mudança e linguagem: um percurso na história da lingüística moderna*. São Paulo: Parábola.
- LUCCHESI, Dante (2006). Parâmetros sociolingüísticos do português brasileiro. *Revista da ABRALIN*, v. 5, n. 1 e 2, p. 83-112.
- LUCCHESI, Dante (2007). Alterações no quadro dos pronomes pessoais e na aplicação da regra de concordância verbal nas normas culta e popular como evidências da polarização sociolingüística do Brasil e da relevância histórica do contato entre línguas. *Lingüística (ALFAL)*, Santiago, v. 19, p. 52-87.
- LUCCHESI, Dante (2008). Aspectos gramaticais do português brasileiro afetados pelo contato entre línguas: uma visão de conjunto. In: RONCARATI, Cláudia; ABRAÇADO, Jussara (Org.). *Português brasileiro II: contato lingüístico, heterogeneidade e história*. Niterói: EDUFF. p. 366-390.
- LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan (2006). Processos de criouliização na história sociolingüística do Brasil. In: CARDOSO, Suzana; MOTA, Jacyra; MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (Org.). *Quinhentos anos de história lingüística do Brasil*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia. p. 163-218.
- LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan (2009). A transmissão lingüística irregular. In: LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza (Org.). *O português afro-brasileiro*. Salvador: Edufba. p. 101-124.
- LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza (Org.) (2009). *O português afro-brasileiro*. Salvador: Edufba. p. 101-124.
- LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; SILVA, Jorge Augusto (2009). A concordância verbal. In: LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza (Org.). *O português afro-brasileiro*. Salvador: Edufba. p. 331-371.
- MONGUILHOTT, Isabel; COELHO, Izete (2002). Um estudo da concordância verbal de terceira pessoa em Florianópolis. In: VANDRESEN, Paulino (Org.). *Variação e mudança no português falado na Região Sul*. Pelotas: EDUCAT. p. 189-216.
- MÜHLHÄUSLER, Peter (1986). *Pidgin & creole linguistics*. Londres: Basil Blackwell.
- MUYSKEN, Pieter; SMITH, Norval (1994). The study of pidgin and creole languages. In: ARENDS, Jacques; MUYSKEN, Pieter; NORVAL, Smith (Ed.). *Pidgins and creoles: an introduction*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins. p. 3-14.
- NARO, Anthony; SCHERRE, Marta (1993). Sobre as origens do português popular do Brasil. *DELTA*, São Paulo, v. 9, p. 437-454. Número especial.
- NARO, Anthony; SCHERRE, Marta (2003). O conceito de transmissão lingüística irregular e as origens estruturais do português brasileiro: um tema em debate. In: RONCARATI, C.;

- ABRAÇADO, J. (Org.). *Português brasileiro: contato lingüístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7Letras. p. 285-302.
- NARO, Anthony; SCHERRE, Marta (2007). *Origens do português brasileiro*. São Paulo: Parábola.
- POPPER, Karl (1975). *A lógica da investigação científica*. São Paulo: Abril.
- RAMPTON, Bem (1997). A sociolinguistic perspective on L2 communication strategies. In: KASPER, G.; KELLERMAN, E. (Ed.). *Communication strategies: psycholinguistic and sociolinguistic perspectives*. Londres/Nova York: Longman. p. 279-303.
- REINECKE, John. Pidgin French in Vietnam. In: HYMES, D. (Ed.) (1971). *Pidginization and creolization of language*. Cambridge: Cambridge University Press. p. 47-56.
- SCHERRE, Marta; NARO, Anthony (1997). A concordância de número no português do Brasil: um caso típico de variação inerente. In: HORA, Dermeval da (Org.). *Diversidade linguística no Brasil*. João Pessoa: Idéia. p. 93-114.
- SHUMMANN, John (1978). *The pidginization process: a model for a second language acquisition*. Rowley: Newbury House.
- SIEGEL, Jeff (1990). Pidgin English in Nauru. *Journal of pidgin and creole languages*, Philadelphia; Amsterdam, n. 5, p. 157-186.
- SIEGEL, Jeff (2008). *The emergence of pidgin and creole languages*. Oxford: Oxford University Press.
- SILVA, Jorge Augusto Alves da (2003). *A concordância verbal no português afro-brasileiro: um estudo sociolingüístico de três comunidades rurais do Estado da Bahia*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia.
- SILVA NETO, Serafim da (1963 [1951]). *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: INL.
- VAINIKKA, Anne; YOUNG-SCHOLTEN, Martha (2006). The roots of syntax and how they grow; organic grammar, the basic variety and processability theory. In: UNSWORTH, S. et alii (Ed.). *Paths of development in L1 and L2 acquisition*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins. p. 77-106.
- VOORT, Hein van der (1996). Eskimo Pidgin in West Greenland. In: JAHR, E. H.; BROCH, I. (Ed.). *Language contact in Artic: Northern Pidgins and Contact Languages*. Berlin: Mouton de Gruyter. p. 157-258.
- WEKKER, Herman (1996). Creolization and the acquisition of English as a second language. In: WEKKER, Herman (Ed.). *Creole languages and language acquisition*. Berlin: Mouton de Gruyter. p. 139-149.

